



DL-01

Ses. Esp. II 15/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração aos 70 anos da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), proposta pelo deputado Euclides Fernandes em parceria com a Fecombase – Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia.

Para compor a mesa diretora dos trabalhos, convido a Sr^a Representante Regional do Trabalho, Isa Maria Simões, aqui representando o ministro do Trabalho, Manoel Dias (Palmas); Sr. Coordenador Geral do Fórum Sindical dos Trabalhadores e ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lourenço Ferreira do Prado (palmas); a Sr^a Desembargadora Dalila Nascimento Andrade, representante da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região, Vânia Chaves (palmas); Sr. Presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços no Estado da Bahia, Fecombase, Márcio Luiz Fatel (palmas); Sr. Procurador Regional do Trabalho, Jairo Lins de Albuquerque Sento Sé, representante do Procurador Chefe do Ministério Público (palmas); Sr. Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da Bahia, Dr. George Almeida (palmas); Sr. Diretor-Presidente da CBPM e Presidente Regional do PDT no Estado da Bahia, Alexandre Brust (palmas); Sr. Presidente da União Geral dos Trabalhadores, UGT, Ricardo Patah (palmas); Sr. Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro (palmas); S. Presidente da União Geral dos Trabalhadores da UGT-Ba, Magno Lavigne. (Palmas)

Formada a mesa diretora dos trabalhos, peço a todos que fiquem de pé para ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional)



5951-III

Ses. Esp. 15/08/13

Or. Euclides Fernandes

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Dando continuidade à sessão em homenagem aos 70 anos da CLT, concedo a palavra ao proponente desta sessão, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr^a Superintendente Regional do Trabalho, Isa Maria Simões, representante do Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias; Sr. Coordenador-Geral do Fórum Sindical dos Trabalhadores e Ex-Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lourenço Ferreira do Prado; Sr^a Desembargadora Dalila Nascimento Andrade, aqui representando a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região, Vânia Chaves; Sr. Presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia- Fecombase, Márcio Luiz Fatel; Sr. Procurador Regional do Trabalho, Jairo Lins de Albuquerque Sento Sé, representante do procurador-chefe do Ministério Público, Pacífico Antônio Luz de Alencar Rocha; Sr. Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da Bahia-Amatras, Dr. George Almeida; Sr. Diretor-Presidente da CBPM e Presidente do PDT, meu particular amigo e homem público destemido, dotado de muito espírito público, Alexandre Brust; Sr. Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT, Ricardo Patah; Sr. Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro; Sr. Presidente da União Geral dos Trabalhadores da UGT-Ba, Mário Lavigne; também fazer uma saudação às embaixadas aqui presentes dos sindicatos dos municípios do interior do Estado da Bahia, e o faço na representação do sindicato, aqui, do município de Poções.

(Lê) “Exm^o Sr. Presidente desta Sessão Especial. Senhoras e Senhores Deputados, Autoridades presentes e representadas, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É com grande satisfação que estamos aqui na condição de autor da proposta desta Sessão Especial nesta Casa de Leis, em parceria com a Fecombase- Federação dos



Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia, com vistas a comemorarmos os 70 anos da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, sem dúvida uma das maiores conquistas sociais do nosso país, cuja origem contou com a contribuição de importantes brasileiros, comprometidos em implantar o progresso social, através da educação para o povo, e da proteção ao trabalhador.

A CLT foi criada em 1º. de maio de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas e, em novembro, começou a vigorar. Portanto, em 2013 a CLT completa 70 anos. Ela surgiu de novas demandas do nosso País, que a partir de 1930 deixava de ter uma economia exclusivamente agrícola e passava a se tornar cada vez mais industrial. Dada a estas transformações econômicas, novos perfis de trabalhadores surgiam e, nesta perspectiva, muitas foram as leis criadas para regulamentar o trabalho. A mobilização popular e a contribuição de vários intelectuais brasileiros, como já dissemos, foram fundamentais em todo este processo de progresso social e de proteção ao trabalhador.

A Consolidação das Leis do Trabalho unificou toda a legislação trabalhista inserindo de forma definitiva os direitos trabalhistas na legislação brasileira, regulando as relações individuais e coletivas de trabalho. Portanto, ela foi um avanço para a sociedade da época, uma vez que regulou as relações de trabalho. Daí, entendermos que a CLT constitui-se em um instrumento de suma importância para os trabalhadores na atualidade, tratando de reunir, em uma única norma, a maior parte da legislação trabalhista brasileira.

Entretanto, como todas as leis demandam críticas e controvérsias, a CLT não foge a regra, pois há os que consideram que ela estaria ultrapassada, obsoleta, que não consegue acompanhar a evolução e a modernização das novas relações do trabalho.

Entretanto, defendemos ser este um instrumento que continua perfeitamente aplicável à defesas dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Ainda, apenas a título de reflexão, cumpre referir que apenas em aspectos pontuais a CLT poderia ser alvo de reformas, o que já vem ocorrendo com a alteração pontual de alguns dos seus artigos.

Entendemos, senhoras e senhores, que a CLT, que regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalhador urbano, quanto do rural, sempre buscou fortalecer a posição do trabalhador e garantir seus plenos direitos. Ela continua sendo o principal instrumento de



regulamentação das relações de trabalho e de proteção aos trabalhadores, no que pesem os posicionamentos contrários.

Em seus 922 artigos, são garantidos, a título de exemplificação, o direito a Carteira de Trabalho e Previdência Social; vale-transporte, férias, adicional noturno; licença-paternidade/maternidade, décimo terceiro salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS), aposentadoria, entre outros.

Ao concluirmos nosso pronunciamento, consideramos necessário que em meio a todas manifestações pelas comemorações dos setenta anos da Consolidação das Leis do Trabalho, a sociedade brasileira,- através dos seus mecanismos de representação, reflita sobre o processo histórico de lutas e da conquista de direitos dos nossos trabalhadores, e lute para garantir uma legislação trabalhista que garanta todos esses direitos conquistados. Assim, a CLT, com reconhecida importância social e política para a democratização das relações de trabalho, necessita apenas de ajustes e atualizações que sejam adequadas à realidade das novas formas de trabalho e ao novo modelo de produção pós-industrial, surgidos com o desenvolvimento técnico-científico, sem contudo negar aos trabalhadores suas mais importantes conquistas.

Muito obrigado! ” (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5952-II

Ses. Esp. II 15/08/13

Or. José Lourenço Ferreira

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa o Presidente da Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas, Eliel Teixeira. (Palmas)

Antes de apresentarmos aqui um documentário produzido pela Secretaria de Comunicação Social que conta a história da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – que completou 70 anos no último dia 1º, e em razão de que o nosso convidado Lourenço Ferreira do Prado, coordenador-geral do Fórum Sindical dos Trabalhadores e ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho, estar com horário marcado para viajar às 16h, vamos antecipar e conceder a ele a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Com a palavra Lourenço Ferreira do Prado.

O Sr. JOSÉ LOURENÇO FERREIRA:- Eminente deputado Euclides Fernandes, autor desse requerimento e dessa iniciativa de homenagear nesta tarde os 70 anos da CLT; Srª Superintendente Regional do Trabalho, Drª Isa Maria Simões, que nesta ato também representa o eminente ministro de Estado do Trabalho e Emprego Manoel Dias; Exmª Srª Desembargadora, Dalila Nascimento Andrade, representante neste ato da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desembargadora Vânia Chaves; Exmº Sr. Presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços no Estado da Bahia, meu estimado amigo e companheiro Márcio Luís Fatel; eminente procurador regional do Trabalho, Dr. Jairo Lins de Albuquerque Sento Sé, representante neste ato do Sr. Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, Dr. Pacífico Antônio Luz de Alencar Rocha; Exmº Sr. Vice Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas do Estado da Bahia – Amatra 5 – eminente juiz Jorge Almeida; Exmº Sr. Diretor-Presidente da CBPM e presidente do PDT, Dr. Alexandre Brust; Exmº Sr. Presidente da União Geral dos



Trabalhadores – UGT – meu estimado preclaro amigo Ricardo Patá; Exmº Sr. Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Alberto Bastos Balazeiro; Exmº Sr. Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT da Bahia – estimado amigo e companheiro, Magno Lavigne; Exmº Sr. Presidente da Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas – ABAT – Dr. Eliel Teixeira; eminentes deputados; senhoras e senhores; companheiras e companheiros trabalhadores, para nós do Fórum Sindical dos Trabalhadores, FST, que congrega 16 confederações de trabalhadores e 4 centrais sindicais, inclusive a União Geral dos Trabalhadores – UGT – cujo presidente tem assento na Mesa, nesta tarde, é um prazer muito grande agradecer a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia esse honroso convite para participarmos dessas homenagens justas pelos 70 anos de vida da Consolidação das Leis do Trabalho.

Muitos ouvem, falam e comentam que a CLT é um instituto que merece mudanças e atualizações. Não se duvida que sejam necessárias mudanças. Todos sabemos que os Códigos estão sempre atrás dos fatos, porque os fatos estão sempre adiante dos Códigos. Quando os Códigos lá chegam a legislação passa a sancionar aqueles costumes da sociedade e realmente já chegam com algum atraso. Entretanto, com todos os seus percalços, com toda a necessidade que possa ter realmente de ser atualizado é o instrumento que temos, é o marco legal das relações de trabalho no Brasil. Este que é demarcado pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Ali temos tudo, nós temos desde a identificação do trabalhador, passando pela proteção do trabalho do menor, proteção do trabalho da mulher, organização sindical, justiça do trabalho, procuradoria do trabalho, realmente temos tudo dentro da Consolidação das Leis do Trabalho.

Por entender, também, que é um instituto que merece defesa constante e permanente, nós, do fórum sindical dos trabalhadores, representando essas 16 confederações de trabalhadores a nós filiadas e também quatro centrais sindicais de trabalhadores, iniciamos uma campanha em defesa da CLT no dia 24/08/2011, durante uma sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal presidida pelo eminente



senador Paulo Paim. E procuramos percorrer o país inteiro defendendo a CLT. Entendo que a nossa tarefa passa a ser desempenhada também nesta oportunidade aqui.

Nesse sentido, comparecemos a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul numa sessão especial em defesa da CLT com a participação de deputados, senadores, trabalhadores, trabalhadoras, da sociedade como um todo e também de empresários. Comparecemos a uma sessão na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, também em 2011 ainda. Comparecemos a duas sessões na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, também para defesa da CLT, já no começo do ano de 2012. Comparecemos a uma sessão da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais também com esse mesmo objetivo de defesa da CLT, como ela está hoje servindo para resolver as relações entre capital e trabalho. Comparecemos a uma sessão muito importante do Tribunal Regional do Trabalho da primeira região, no Rio de Janeiro, já no final do ano de 2012, quando ali estava presente, inclusive, o ministro Arnaldo Lopes Sussekind, que foi um dos primeiros redatores da Consolidação das Leis do Trabalho. Infelizmente hoje *in memoriam*, porque já não está mais entre nós.

De forma que temos andado por este País afora procurando agregar as forças vivas da sociedade no sentido de defender esse instituto fundamental para os trabalhadores, fundamental para as relações entre o capital e o trabalho, que é justamente a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. E, nessa sentada aqui, desejamos reiterar o nosso agradecimento ao nosso eminente deputado Euclides Fernandes que com a sua grande sensibilidade, o seu grande conhecimento, com a sua visão de verdadeiro estadista, adotou esta iniciativa de hoje, dia 15/08, nesta tarde, prestar essa justíssima homenagem aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho, a nossa CLT.

De forma que, mais uma vez, o nosso cumprimento muito fraterno e amigo a todos que aqui compareceram e uma vida muito longa para a CLT que, realmente, todas as forças vivas da sociedade estejam cada vez mais sólidas para defender com todas as suas forças esse instrumento legal que é fundamental para os trabalhadores, que é fundamental para as relações capital e trabalho, que é fundamental para toda a estrutura sindical que está vigorando. Porque sabemos muito bem que a estrutura sindical não funciona se não tiver as



duas estruturas paritariamente caminhando. Isto é, uma representação das categorias econômicas, os empregadores, e a outra representando as categorias profissionais, ou seja, os trabalhadores.

Mais uma vez, muito obrigado por esse convite. Parabéns a CLT e uma vida muito longa e profícua para a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. II 15/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Após a mensagem do digno Sr. Lourenço Ferreira do Prado, coordenador geral do Fórum Sindical dos Trabalhadores, ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho, gostaria de convidar para compor esta Mesa o Sr. Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho na Bahia e representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho, Carlos Alberto Dias. (Palmas)

Iremos agora, nesta oportunidade, assistir o documentário produzido pela Secretaria de Comunicação Social do TRT que conta a história da consolidação das leis trabalhistas, a CLT, que completou este ano, em 2013, 70 anos de existência.

Vamos assistir ao documentário.

(Exibição de vídeo)



5953-III

Ses. Esp. II 15/08/13

Or. Márcio Luiz Fatel

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Dando continuação à nossa sessão em homenagem aos 70 anos da CLT, quero registrar aqui a presença dos vereadores Antônio Santo e Antônio Carlos Gomes, do município de Ibirataia, e do vereador Davi Soares Nascimento, de Poções.

Registro ainda as presenças de Cândido Ferreira Santos, presidente do Secom Vera Cruz e Regiões, Joilson Pereira da Silva, presidente do Sindicato do Comércio de Poções, Casimiro, diretor do Sindicato dos Empregados Vendedores, Viajantes e Pracistas do Comércio no Estado da Bahia, José da Silva, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Candeias; do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Amargosa e de Alberto Carlos, diretor-presidente do SEC de Alcobaça.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Dando continuidade, concedo a palavra ao Sr. Márcio Luiz Fatel, presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços dos Estados da Bahia e de Sergipe, que juntamente com a sua equipe da Fecombase muito contribuiu para que pudéssemos realizar esta sessão na data de hoje, em homenagem aos 70 anos da CLT.

O Sr. MÁRCIO LUIZ FATEL:- Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar a cada um dos integrantes da Mesa na pessoa do presidente dos trabalhos, deputado Euclides Fernandes, e dos companheiros e companheiras presentes. Para nós, da Federação dos Comerciantes da Bahia, esta sessão especial tem um grande significado e simbolismo. Não por se tratar de uma entidade representativa da classe trabalhadora, mas sim por estarmos celebrando aqui hoje um documento de cunho histórico, um grande marco social, político e - por que não dizer? - também econômico para o nosso País, sobretudo para a sua classe produtora, os trabalhadores brasileiros.



Na verdade, como se trata de uma sessão solene, preparei alguns trechos de um discurso, tendo em vista a importância desta data e do momento.

(Lê) “Trabalhadores do Brasil, essa expressão que sempre foi usada pelo presidente Vargas, quando se dirigia ao povo brasileiro, nos remete a um período da nossa história em que se fazia necessária uma ação concreta voltada à garantia social e à segurança jurídica nas relações do trabalho. Convém lembrar que muito antes da promulgação da CLT, com as transformações sociais propugnadas em um pouco mais de um século, desde a vinda da família real portuguesa até o advento da chamada Revolução da República, que abole a escravidão e proclama a República, Convém lembrar que muito antes da promulgação da CLT, com as transformações sociais propugnadas em um pouco mais de um século desde a vinda da família real portuguesa até o advento da chamada Revolução da República Nova em 1930, o Brasil, alinhando-se ao processo mundial desencadeado pela Revolução Industrial que se originou na Inglaterra, passou por transformações políticas, sociais, econômicas e trabalhistas significativas, fazendo necessário algo que consolidasse as conquistas laborais.

Devemos destacar que nesse interstício o Brasil adquire a sua independência, torna-se Império, abole a escravidão e proclama a República, entrando definitivamente definitivamente no cenário internacional como uma nação que buscava autonomia perante o contexto diplomático mundial.

No aspecto trabalhista, surgem as primeiras corporações de ofício, lembrando que já em 1858, os tipógrafos do Rio de Janeiro organizaram a primeira greve em solo pátrio, e com o fim da nefasta escravidão em 1888 e o advento proclamatório republicano no ano seguinte, chega a imigração europeia em massa, trazendo consigo uma vasta experiência anarco-sindical, fomentando uma sucessão de conquistas trabalhistas consubstanciadas em leis esparsas.

Apenas como exemplo das lutas empenhadas pelos trabalhadores ao longo dos anos, a minha categoria profissional, a comerciária, foi responsável em 1932 por uma significativa mudança trabalhista, quando mais de 5 mil caixeiros, como eram denominados os comerciários na época, marcharam do Largo da Carioca até o Palácio do Catete, na capital fluminense, então sede do governo federal, sendo atendidos pelo presidente Vargas, e



convencendo-o a assinar o decreto que diminuiria a jornada de trabalho de 12 para 8 horas diárias, extensiva para todos os trabalhadores brasileiros.

A verdade é que o mundo vivia uma grande turbulência política, econômica e social, pois após a primeira Grande Guerra Mundial, que teve o seu fim em 1918, surge uma década depois, em 1929, ainda como reflexo da contenda global beligerante, a quebra da poderosíssima bolsa de Nova York, desencadeando uma grave crise mundial, que coloca milhões de trabalhadores no desemprego pelo mundo afora.

No Brasil, não podia ser diferente, com a crise do café, o nosso maior produto de exportação, num País ainda com características predominantemente agrícolas, mas caminhando para a industrialização, fizeram-se necessárias muitas mobilizações, a fim de garantir o emprego e a proteção das leis já promulgadas e as que viriam.

Pois bem, é nesse cenário, de mudanças abruptas e afirmações que o movimento sindical brasileiro se afirma e luta pela consolidação de suas conquistas trabalhistas.

Ao fazer alusão a esse momento histórico no contexto global, me recordo das belas e sábias palavras proferidas pelo gênio do cinema Charles Chaplin, em seu antológico filme produzido em 1940, 'O Grande Ditador' dizendo: 'Mais do que máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que inteligência, precisamos de afeição e doçura'. É, senhores, aqui cabe uma reflexão: a CLT surge justamente nesse instante para nos trazer afeição, doçura e humanidade, a partir do momento que nos serve como um mecanismo de defesa contra a exploração e o infortúnio num mundo de conturbações.

Surgida com o Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, unificando toda a legislação trabalhista existente no Brasil, seu principal objetivo é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho. Quantas e quantas regras trabalhistas perduraram até os dias atuais justamente pelo fato de termos esse instrumento normativo como escudo em nosso arcabouço jurídico.

Aqui cabe também citarmos a participação importante na elaboração do compêndio jurídico do então ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, e os renomados juristas José de Segadas Viana, Oscar Saraiva, Luís Augusto Rego Monteiro, Dorval Marcenal de Lacerda e Arnaldo Lopes Sussekind.



Cumpramos, todavia, que ao estarmos aqui comemorando os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho, não estamos navegando em pleno mar de rosas... Alguns aspectos nos afligem e nos colocam em constante estado de observância e alerta. A ideia de flexibilização defendida por setores reformistas a serviço do capital em nossa sociedade sempre vem acompanhada de propostas que nada mais são do que a tentativa de supressão dos direitos já consolidados. Não somos conservadores, tampouco estúpidos ao ponto de acharmos que as leis tendem a ficar sempre estáticas ao longo do tempo. Não, não temos essa capacidade insana. Porém, nós, sindicalistas, representantes dos trabalhadores brasileiros, reconhecemos e saudamos a CLT como um instrumento de vanguarda. Discutiremos sim, negociaremos sim, dialogaremos sim, sempre na busca de avanços que possam melhorar e humanizar cada vez mais as relações de trabalho... mas, retroceder, nunca.

Sabemos que o tempo é outro, e outras demandas surgem, não nos esqueçamos das recentes manifestações da juventude brasileira que foi às ruas por um País mais justo e íntegro, e do dia nacional de lutas protagonizado pelas Centrais Sindicais. Como trabalhadores, estamos é claro inseridos nos contextos sociais, econômicos e políticos, em busca da solidariedade, da ética, da liberdade e autonomia sindical, dos valores libertários e humanistas, do bem estar social, dos direitos humanos, do meio ambiente sustentável, do trabalho decente, e da paz social. Não perderemos a utopia de vista, e acreditamos que no reflexo da luz tudo pode ser procurado e tudo pode ser encontrado.

Reconhecemos a importância da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, na observância e no cumprimento da nossa norma trabalhista, e como sindicalistas nos colocamos sempre ao lado dessas instituições, de forma solidária e propositiva, cabendo as mesmas saberem que estaremos sempre dispostos ao diálogo e à colaboração.

Em razão disso, o movimento sindical brasileiro orgulha-se de ser protagonista nessa marcha histórica dos 70 anos da CLT, conclamando que somos os guardiões dessa legislação trabalhista, cabendo a nós no dia a dia a prerrogativa de defendê-la e preservá-la contra aqueles que não respeitam a sua aplicabilidade, e tentem burlar os seus mandamentos,



caluniando-a nos momentos de crise, mais covardemente omitindo-se nos momentos de bonança.

Finalmente, voltamos àquele 10 de maio de 1943, em que o Presidente Getúlio Vargas promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), positivando o Direito Sindical, o sistema constitucional confederativo de representação sindical por categorias, e a contribuição sindical, importante mecanismo para a manutenção do custeio sindical, tornando sindicalismo brasileiro como um dos mais eficientes, autônomos e influentes do mundo, ao ponto de, sem querer fazer análise de juízo, eleger um operário para Presidente da República.”

São essas, portanto, companheiros e companheiras, senhoras e senhores, as nossas palavras em relação a este momento extremamente histórico.

Estamos diante de um diploma legal que faz sete décadas e que, ao longo dessas sete décadas, atravessou planos econômicos, atravessou regimes políticos, e se manteve sempre firme, coeso, sólido e fiel aos interesses da classe trabalhadora. Não aceitamos nem tampouco, como aqui foi colocado, admitimos a sua revogação ou até mesmo o seu fim. Queremos, sim, vida longa à CLT e à luta da classe trabalhadora.

Quero neste instante, Sr. Presidente, antes de encerrar, agradecer e fazer um registro das presenças de alguns companheiros que vieram de regiões e cidades distantes do nosso Estado para prestigiar essa solenidade. Faço absoluta questão, com a vênica da Mesa, de fazer o registro.

Gostaria de cumprimentar e agradecer a presença do companheiro Adrião Barbosa, do Sindicato dos Comerciários de Alagoinhas; companheiro Alberto Carlos, presidente do Sindicato dos Comerciários de Alcobaça; Cristiano da Conceição, presidente do Sindicato dos Comerciários de Amargosa; companheira Maria Nilda, presidente do Sindicato dos Comerciários de Camaçari; companheiro José Carneiro e sua comitiva, presidente do Sindicato dos Comerciários de Candeias; companheira Magnovanda Paim, presidente do Sindicato dos Comerciários de Catu; companheiro Raildo Almeida, presidente do Sindicato dos Comerciários de Coaraci; representando o Sindicato dos Comerciários de Feira de Santana, o companheiro Cedraz e os demais companheiros que se fazem presentes,



representando o companheiro Dêlcio; a companheira Célia Maria Dátoli, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Jaguaquara; a presidente do Sindicato de Jequié Maria Aparecida; a companheira Maria Euridea, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Lauro de Freitas, e toda a sua comitiva, os nossos agradecimentos também; o companheiro Joílson Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Poções; o companheiro Cândido Ferreira, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Vera Cruz; a companheira Eliana Santos de Melo, presidente do Sintfarma; a companheira Rita Moreira do Sindseb, Sindicato das Secretárias, que se faz aqui presente também prestigiando; os companheiros da União Geral dos Trabalhadores (UGT) da Bahia; funcionários da Fecombase que trabalharam, que atuaram para que pudéssemos realizar este evento, juntamente com o deputado Euclides Fernandes; o companheiro César Cabral que nos assessorou e foi determinante na realização deste evento; e o Cerimonial desta Casa que nos recebeu com muita educação, com respeito, a quem deixamos os nossos agradecimentos.

Então, companheiros e companheiras, devemos fazer uma grande reflexão a respeito desses 70 anos de CLT. É isso que nós queremos, é isso que nós desejamos e é por isso que cada um de nós deve lutar, porque é isso que a classe trabalhadora espera de nós, dirigentes sindicais.

Obrigado a todos. Parabéns, mais uma vez, a nossa querida e eterna CLT. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)



5954-III

Ses. Esp. II 15/08/13

Or. Ricardo Patah

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Também queremos agradecer a presença de toda a representação citada pelo nosso querido presidente da Fecombase, Márcio Fatel, que se deslocou dos seus municípios e veio prestigiar este evento tão importante em homenagem a este instrumento jurídico de capital importância, de fundamental importância para a classe trabalhadora que é a CLT. Queremos também registrar a presença do Sindifarma; de Maria Euridea Mendes (Bompreço), presidente do Sindicato dos Comerciantes de Lauro de Freitas; de Maria Aparecida, vice-presidente do Sindcomerciantes de Jequié; de Célia Rezende, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Jaguaquara e Região; de Eliene de Freitas, presidente do Sindimóveis; da Associação dos Moradores do Phoc I de Camaçari; dos funcionários da Sedur; e do Sindicato dos Comerciantes de Feira de Santana.

Queremos, realmente, sensibilizados, aplaudir a todos vocês que se deslocaram, reconhecendo o valor, a importância deste documento jurídico que é a CLT para o equilíbrio das relações entre empregado e empregador e para a segurança, evidentemente, das garantias conquistadas ao longo do tempo, desde a revolução industrial da Inglaterra que iniciou mundialmente o processo de normatização da relação entre capital e trabalho. A CLT, com a graça de Deus, está presente nos nossos dias. Houve algumas mudanças pontuais no decorrer desse tempo não retirando o que estava consolidado como um direito do trabalhador, mas trazendo avanços importantes para a classe trabalhadora.

Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Ricardo Patah, presidente nacional da UGT – União Geral dos Trabalhadores, fazendo uma inversão da pauta, tendo em vista que ele terá de se deslocar, pegar um voo.

O Sr. RICARDO PATAH:- Boa-tarde, companheiras e companheiros.



Primeiramente, eu cumprimento a nossa querida plateia em nome da nossa querida Nildinha, a Nilda, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Camaçari. (Palmas) Sempre valorizamos muito aquelas pessoas que fazem mudanças que são pessoas que estão aqui prestigiando este dia. Nilda, por ser uma aguerrida mulher e por ser mulher ainda no Brasil... Reconhece-se que a violência contra a mulher continua e a discriminação contra a mulher continua.

Eu quero, aqui, render as minhas homenagens às mulheres guerreiras do Brasil. (Muitas palmas)

Eu vou fazer um cumprimento muito rápido para falar, também, muito rápido. Mas queria, sem nenhuma dúvida, valorizar muito o deputado Euclides Fernandes por esta iniciativa excepcional na Casa das leis, na Casa em que se formulam as políticas públicas, na Casa que cheira o povo, na Casa que exala o povo e comemora as conquistas do povo. É o que estamos fazendo hoje.

Cumprimento o meu amigo Márcio Fatel, presidente da Fecombase e dirigente importantíssimo da nossa UGT; Magno Lavigne, presidente da UGT da Bahia; a Sr^a Desembargadora e os senhores participantes do Ministério Público.

Senhoras e senhores, vemos algumas impressões importantes. O Brasil está mudando, graças a Deus. Junho marcou de forma indelével e, se Deus quiser, perene a participação democrática da população em relação ao destino e à gestão do nosso País.

Todo mundo foi pego de surpresa como a presidente da República, o deputado Euclides Fernandes, Marcio e eu como presidente da UGT, enfim, todo mundo. Todo mundo foi pego de surpresa.

Isso teve um significado fundamental aliado à vinda do papa. O papa foi bom. Mesmo sendo da Argentina, foi bom o papa ter visitado o Brasil. Ele colocou, por sua origem, uma questão que, às vezes, os dirigentes se esquecem como a humildade e a modéstia. Vamos perder o salto alto. Vamos entender o que o povo quer.

Houve mudanças importantes no Brasil com o presidente Lula e, agora, com a presidenta Dilma Rousseff. Não há dúvida quanto a isso. Muitos ascenderam a uma classe melhor. Mas a indignação continua na garganta de todos nós quando nas grandes cidades, na



mobilidade, sem estratégia nenhuma, nos faz andar de ônibus como se fôssemos gado. O povo não aceita mais isso.

É dessa maneira, Sr. Presidente, senhoras e senhores, que eu faço uma homenagem a uma coletânea, a uma consolidação, a um instituto legal, onde é permeado todas as características fundamentais das necessidades dos trabalhadores. Infelizmente, nesses últimos anos, muitos tentaram rasgar e muitos tentaram flexibilizar. Mas, graças à força e à compreensão da importância da CLT, estamos comemorando 70 anos de sua existência.

Não há dúvida de que existem alguns artigos que não precisam ser mudados, mas aprimorados. Àquela época, nós não tínhamos a tecnologia que temos hoje. Muitas das relações, hoje, não existiam nem no sonho do nosso presidente àquela época nem no sonho dos ministros do Trabalho, o avô do Collor, o avô do ex-presidente da República. Depois, tivemos o João Goulart que, a meu ver, foi um dos melhores ministros do Trabalho do Brasil, porque foi com ele que o salário mínimo conseguiu ter a sua efetividade.

Por que se comemora uma consolidação? Porque ela traz a alma na relação capital e trabalho. Ela traz impregnada as necessidades fundamentais de uma sociedade justa.

Temos, no século XXI, informalidade no trabalho, precariedade, discriminação racial, entre outras questões. Se não fosse a CLT estaríamos num mundo selvagem. Ela, na realidade, traz e determina caminhos nos quais possamos perceber uma relação humana, uma relação de respeito.

Temos o Ministério Público e a Justiça do Trabalho, além do Legislativo. Tínhamos que ter um pacto, junto com o movimento sindical, para fazer do Brasil um país com um trabalho decente, mas para isso é preciso haver uma compreensão. O Ministério Público tem um papel excepcional. Em São Paulo, ele tem nos ajudado muito a combater o trabalho escravo, entre outras questões, mas, às vezes, desfoca para buscar atingir sindicatos, tirando o custeio, tirando o fôlego do sindicato, impedindo que o sindicato tenha como cobrar taxas para sobreviver.

Então eu pediria, inclusive, ao Ministério Público, que houvesse uma construção que permitisse um sindicalismo forte. Não podemos matar o sindicalismo. Sei que dentro do Ministério Público é autônomo, constitucionalmente ele tem essa característica. Mas eu



proponho na comemoração de 70 anos a compreensão de que não é matando o sindicato que vamos ter força e trabalho decente. (Palmas) Ao mesmo tempo, a Justiça do Trabalho tem que ter a mesma compreensão. A Ordem dos Advogados, aqui presente, também.

Não é possível concordarmos com um Brasil rico - o Brasil é a sexta economia do mundo – tenha um IDH - que mensura educação e saúde- que nos coloque em 85º lugar. O indicador que mensura a distribuição de renda nos coloca em 125º lugar. O Brasil é criativo, mas aqui não há patentes. O Brasil não valoriza a sua indústria.

Há 20 anos, 30% do PIB era da produção, hoje não passa de 15%. Exportamos a nossa riqueza através de *commodities*, importamos produtos de valor agregado, porque não temos capacidade de produzir. Ou seja, não adianta ser uma país com PIB grande, com a distribuição de renda ruim. Só podemos alcançar essa característica com uma unidade dessas instituições, dos sindicatos, federações, confederações, centrais, Legislativo, Executivo e Judiciário. Tenho certeza de que todos que estão aqui compondo a Mesa e todos que estão na plateia pensam em um Brasil de inclusão social, em um Brasil cidadão.

De qualquer maneira, essa comemoração me trouxe de São Paulo, e me trouxe com alegria. Sou apaixonado pela Bahia, onde tudo nasceu. Foi aqui perto, em Porto Seguro, que se construiu o país que tem o povo mais extraordinário do mundo, um povo que recebe a todos com carinho, com sentimento de solidariedade. Merecemos respeito! É isso que eu falo.

Comemoramos, mas temos que refletir. Num país com a dimensão de continente, temos que ter equidade e buscar alternativas onde há necessidade. Temos no Nordeste os lugares mais lindos do Brasil, mas é lá que ainda, e começa aqui, que se tem uma pobreza muito grande. A Bahia tem 65% da sua população de afrodescendentes e, infelizmente, ainda há discriminação racial. Há *shopping center* aqui em Salvador, onde a grande maioria é afrodescendente, que não contrata um negro. Nós temos que nos indignar, temos que fazer mudanças. (Palmas)

Sr. Presidente, não imagina o prazer de poder estar aqui na Casa das Leis, onde nunca tinha entrado, visto esta sala, esta Assembleia, com o pé direito imponente e importante e vendo nela as tradições e a cultura pintadas. Vemos vários escritores desenhados



ou mesmo artistas ou políticos retratados recebendo agradecimentos dessa população. Isso nos dá uma responsabilidade maior de construir a partir da Bahia uma Nação de inclusão social.

Viva a CLT! (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



5955-III

Ses. Esp. II 15/08/13

Or. George Almeida

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Após a mensagem, por sinal muito importante, do Dr. Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, União Geral dos Trabalhadores, passo a palavra ao Sr. George Almeida, vice-presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da Bahia, Amatra.

O Sr. GEORGE ALMEIDA:- Sr. Deputado Euclides Fernandes, em sua pessoa quero saudar todos os circunstantes com muita alegria e agradecer o carinho do convite e a hospitalidade da recepção desta Assembleia, que é a Casa do Povo. Quando olho para cima e vejo “Viva a CLT”, eu posso perceber que estou num momento de celebração e festa.

Quando penso na CLT, lembro-me de uma senhora que chega aos 70 anos, após ter nascido em meio a dificuldades e crescido gerando alegria para uma família, a dos trabalhadores. Uma senhora que cresceu, contraiu núpcias com uma realidade nova e gerou filhos e netos. Agora, aos 70 anos, olhamos para ela e não temos o direito, num momento de festa, de elencar nenhum defeito. Ainda que ela traga consigo as suas rugas e algum esquecimento, um momento como este é para elencarmos todas as suas qualidades.

Falo assim, em sentido figurado, porque esta era a maneira preferida de Jesus falar e a mais apropriada de seus circunstantes ouvirem a sua fala.

Quero dizer que me alegra participar desta festa como magistrado trabalhista porque, quando envergo a minha toga, sei que tenho de lançar mão do meu conhecimento, o qual encontra na CLT princípios tão caros e verdades tão nobres que me ajudam a julgar e aplicar com equidade o direito, me aproximando mais da justiça, mais da verdade. E a CLT, ao longo destes 209 anos de magistratura, tenho de confessar, tem sido um guia.

Mas fico triste quando, num momento como este, estamos sendo ameaçados com uma proteção ignominiosa à terceirização, com uma proteção ignominiosa à precarização. E aí fico a perguntar o seguinte: se saem às ruas contra a Proposta de Emenda Constitucional



037; se saem às ruas para reduzir R\$ 0,20 da passagem, por que não saem às ruas em defesa da CLT? (Palmas) Por que não sair às ruas em defesa desta que chamo de coluna estrutural do ordenamento jurídico?

Meus senhores e senhoras, saibam que a CLT estimulou e muito o prazer, o fôlego e a disposição dos nossos constituintes para resgatar direitos e levá-los ao topo da pirâmide jurídica do nosso País. Hoje, a nossa Constituição tem princípios caros e valores enormes que foram inspirados na CLT.

Entretanto tenho de admitir que aquela senhora, que chega aos 70 anos de idade, precisa, algumas vezes, ser lembrada. Devemos olhar para a CLT como a coluna estrutural. Em vez de desprezá-la, devemos abraçá-la ajudando-a como tem sido feito em alguns pontos. Com o resgate de entendimentos já sumulados pelo TST, o legislador, então compreendendo isso, traz esses reparos como se fossem aqueles remédios necessários à CLT, não porque ela seja propriamente lacunosa, mas o tempo faz com que a dinâmica da lei exija alguns suprimentos necessários.

Sr. Deputado, parabenizo-o pela iniciativa e, também, a todos por estarem aqui. Associo-me a todos. Conclamo os trabalhadores e trabalhadoras deste País, magistrados e membros do Ministério Público, sindicalistas, deputados, legisladores, Poder Executivo, enfim, a toda sociedade a ir às ruas se não andando mas com o coração de pé para dizer: viva a CLT!

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5956-III

Ses. Esp. II 15/08/13

Or. Alberto Bastos Balazeiro

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Queremos aplaudir o pronunciamento do meritíssimo juiz do Trabalho, Dr. George Almeida, vice-presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da Bahia, Amatra.

Concedo a palavra ao nosso Dr. Procurador Alberto Bastos Balazeiro, diretor da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. (Palmas)

O Sr. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO:- Exmº Sr. Deputado Euclides Fernandes, presidente desta honrosa sessão especial; estimada Dalila, George, colegas e mestres, é com grande prazer que a Associação Nacional do Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho felicitam os 70 anos da CLT. Realmente, o Ministério Público do Trabalho se sente honrado em integrar uma sessão tão solene que tanto representa para a nossa instituição.

Ouvi o Dr. George recordando o momento em que vivemos em relação à CLT e em relação ao direito do trabalho no País. A busca de todos nós, que somos do mundo do trabalho como magistrados, Ministério Público, sindicalistas, trabalhadores, é pela defesa do trabalho decente e o trabalho decente tem na CLT um marco histórico.

Situando a CLT como uma senhora de 70 anos de idade, metáfora muito apropriada, vemos, neste momento, que ela quer sobreviver. Para isso, ela precisa que todos nós nos unamos.

Tramita, hoje, no Congresso Nacional, uma série de proposições, dentre elas, o próprio PL 4330 que as centrais tanto têm-nos ajudado. Na condição de diretor de Assuntos Legislativos da nossa associação do Ministério Público, vemos, com extrema preocupação, a tentativa de transformar em subsidiária uma responsabilidade, constitucionalmente, solidária. Isso é revogar a CLT.



Nesta Casa mesmo eu ouvi do deputado Chico Vigilante a expressão “estupro da CLT”, que nunca esqueci. Então, este momento é um momento essencialmente em defesa da CLT. Nós todos temos o dever, não só como instituições mas como parte da sociedade civil, de alertar que a CLT hoje vive não só um aniversário, mas um momento de extremo perigo quanto à revogação de preceitos básicos.

Também foi recordado com muita felicidade, aqui antes, que a CLT, ao contrário do que se imagina... Temos a própria hierarquia nas normas, a Constituição estaria acima da CLT. Mas no caso da CLT, a CLT inspirou a Constituição. Então, no momento em que se ataca a CLT, essencialmente se ataca a Constituição do Brasil. É por isso que temos que defender a CLT. Defender a CLT é defender 1988 e é defender essencialmente direitos básicos dos trabalhadores. Então, o momento é de união. O momento é de confraternização mas é um momento de alerta. O Ministério Público está à disposição da sociedade, tanto a nossa Associação de Procuradores quanto a nossa Procuradoria Regional do Trabalho aqui na Bahia, a 5ª Região – Dr. Jairo aqui presente – nesse sentido de discutirmos, de debatermos, de felicitar a CLT mas ficarmos alertas para que ela não esmoreça, que a legislação não retroceda.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5957-III

Ses. Esp. II 15/08/13

Or. Jairo Lins de Albuquerque

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Quero registrar a presença do Sr. Procurador Alberto Bastos Balazeiro, diretor da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Também devo registrar que ele foi recentemente galgado ao posto de chefe da Procuradoria do Trabalho aqui do Estado da Bahia para alegria nossa com certeza.

Concedo a palavra ao professor de quem tive o prazer de ser aluno no curso de pós-graduação de Direito do Trabalho e Previdência Social o Dr. Procurador Jairo Lins de Albuquerque, representante do Procurador-Chefe do Ministério Público, Dr. Pacífico Antônio Luz de Alencar Rocha.

O Sr. JAIRO LINS DE ALBUQUERQUE:- Sr. Presidente destes trabalhos deputado Euclides Fernandes; minhas queridas amigas Dalila e Isa Simões, as mulheres que estão compondo essa Mesa para engrandecer e embelezar esse nosso evento, na pessoa de quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa Alta; dirigentes sindicais, vereadores, integrantes da categoria dos comerciários associados, minhas senhoras e meus senhores, de início eu gostaria de registrar, meu caro deputado Euclides Fernandes, a minha alegria, mais do que a minha alegria a minha emoção, emoção por estar aqui nesta Casa que há algum tempo não tenho a oportunidade de visitar, esta Casa que acolheu, com tanto carinho, com tanto apreço, por tanto tempo, por longos 20 anos a figura do meu pai que aqui atuou representando fundamentalmente o interesse da população ribeirinha, pobre, sofrida, do médio São Francisco. Ao fazer esta citação recordo-me de uma figura emblemática aqui desta Casa, que continua presente, que é o nosso “João Durval”, um personagem conhecido, amigo de todos dos bastidores da Assembleia e que continua aí cumprindo seu papel. Eu me recordo tanto de você, João Durval! Você, hoje, não mudou muito, só está com os cabelos um pouco embranquecidos pela passagem do tempo. Mas você, aqui, ainda atuando, faz-me



recordar de momentos que vivenciei aqui no período em que meu pai teve a oportunidade de atuar e de ocupar esta mesma tribuna.

Com muita alegria, meu caro Márcio, recebi o seu convite. De início, senti um pouco de frustração, porque não poderia estar presente. Mas as circunstâncias me permitiram me afastar do compromisso em que me encontrava em Brasília para que, também, ao lado de um compromisso nosso do Ministério Público ocorrido ontem, me dirigisse a esta Casa para transmitir o pensamento e o sentimento da nossa instituição: o Ministério Público do Trabalho, em derredor deste instrumento tão importante e tão caro para os trabalhadores e para a própria sociedade do nosso País que é a CLT, que vem cumprindo importantíssimo papel no sentido consagrar, legitimar e ver respeitados os direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado.

Como disse George, essa nova septuagenária, aliás, a terceira idade é, talvez, a melhor idade, pois ela continua viva e pujante. Apesar de todas as críticas, apesar de todas as controvérsias, apesar de todas as manifestações contrárias que ela enfrenta, o fato é que não obstante a revolução tecnológica, não obstante as transformações sociais contemporâneas, não obstante tantas vozes se curvarem no sentido da necessidade da sua mudança, pergunto: será, realmente, preciso? É necessário mudar?

Dr. Rômulo de Amorim, em sua exposição veiculada no filme que acabou há pouco, disse com muita propriedade: a CLT vem mudando. Ela vem, gradativamente, acompanhando este processo de transformação. E aí está o grande risco.

Não tenho dúvida de que este argumento falacioso de mudança vem acompanhado de um sentimento e de uma estratégia pensada e idealizada de flexibilizar o seu conteúdo, de precarizar as relações de trabalho, pois elas já vêm sofrendo tanto, nos últimos tempos, com a “estagiarização”, terceirização, “quarterização”, discriminação, assédio moral e as cooperativas fraudulentas.

De fato, pergunto: será, realmente, necessário mudar a CLT?

Diria e prefiro, em verdade, apostar. Este é o sentimento que nos conduz no Ministério Público, o sentimento da nossa instituição hoje, aqui representada também pelo



nosso companheiro Alberto Balazeiro, bem mencionado pelo nosso deputado Euclides, o nosso novo procurador-chefe a partir de 1º de outubro do ano em curso.

Nós não temos dúvida de que, na condição de defensores da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais individuais e indisponíveis, a CLT tem, sim, um grande papel a cumprir e um grande papel a desempenhar na defesa desses interesses.

E vocês podem contar com a participação do Ministério Público. Estou vendo, aqui, o Dr. César, companheiro de várias caminhadas, tenho tido a oportunidade de participar de eventos na Fecombase, Renilda, que há pouco lembrávamos o evento ocorrido na câmara de vereadores, vejo o companheiro também do evento realizado na sede da Fecombase, na Piedade. Temos muito que fazer juntos, existem atuações do Ministério Público que às vezes incomodam e dentre os nossos compromissos, a defesa intransigente da liberdade sindical.

Ouvi atentamente e com muito respeito, com muita compreensão a manifestação trazida pelo Dr. Ricardo, a preocupação que ele expressou com a atuação do Ministério Público em determinadas hipóteses no que se refere à cobrança da contribuição assistencial, também conhecida como taxa de fortalecimento sindical. Um instrumento que refuto da maior relevância, meu caro Dr. Ricardo, afinal de contas não é justo que o sindicato realize a negociação coletiva e tenha gastos extras que fogem das suas despesas ordinárias e ao final com a obtenção do resultado favorável, a partir da lavratura de acordo da convenção coletiva toda a categoria, todos os trabalhadores sejam beneficiados e apenas um grupo reduzido arque com esse custeio.

Acho justo a cobrança, mas é preciso ter em mente a aplicação responsável, a aplicação comprometida, a aplicação em sintonia com os interesses da categoria, inclusive respeitando as máximas que a jurisprudência vinha consolidando, particularmente no que se refere ao direito de Oposição. Se essa matéria é objeto de controvérsia e alguns colegas procuradores do trabalho questionam, inclusive judicialmente, no que se refere à postulação de ações declaratórias de nulidade para expungir a cobrança de tais parcelas, às vezes, pode não ocorrer exagero mas tenho certeza que na maioria dos casos o motivo é justo e é pertinente, mas pessoalmente afirmo a V.S^a que sou um dos que considero plenamente



pertinente a cobrança desde que os recursos tenham a destinação que de fato eles devam ser dirigidos.

E para concluir, simplesmente queria destacando, elevando, mencionando e pondo em evidência a importância desse instrumento que foi idealizado ali pelo nosso grande presidente Getúlio Vargas, símbolo maior do seu partido, deputado Euclides Fernandes, quero dizer que em verdade existem leis como se diz na sabedoria popular, existem leis que pegam e outras que não pegam. A CLT foi daquelas que pegou, pegou com “superbonder”, pegou de forma muito sólida e tem muito ainda a oferecer, tenho certeza, na defesa dos interesses dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira. Contem com o Ministério Público nessa luta, porque esse é o nosso objetivo institucional.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



5958-III

Ses. Esp. II 15/08/13

Or. Magno Lavigne

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Ouvimos a fala do Dr. Professor, Procurador Jairo Lins de Albuquerque Sento Sé e aqui devo registrar que ele também foi eleito para assumir em 1º de outubro como Procurador-chefe Substituto do Estado da Bahia.

Concedo a palavra ao presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT/BA, Magno Lavigne.

O Sr. MAGNO LAVIGNE:- Boa-tarde a todos e a todas. Eu estava conversando com o Dr. Balazeiro há pouco e ouvi que ele tem uma habilidade grande, porque foi o único a cumprimentar as senhoras presentes, copiando esse ato do vice, também gostaria de cumprimentar todas as mulheres presentes neste evento. Cumprimento o companheiro Mário Conceição, o companheiro Higino – trabalhador rural, o companheiro Mário do Sintracap, e todos os trabalhadores e trabalhadoras presentes nesta comemoração dos 70 anos da CLT.

Gostaria, primeiro, antes de falar do tema, de dizer que é uma alegria muito grande para a UGT-Ba ter entre seus filiados uma entidade como a Fecombase, comprometida com a causa dos trabalhadores, uma entidade que está aqui articulando essa comemoração. Para nós, é de suma importância, como foi dito aqui por alguns que nos antecederam estamos falando da estrutura que dá sustentação a todo o movimento sindical e que não permite que a escravidão retorne completamente contra os trabalhadores brasileiros.

Mas é importante fazermos algumas reflexões neste momento aqui. O movimento sindical não pode entender essa legislação como algo que foi dado gratuitamente. Para que o presidente Getúlio fizesse a promulgação da CLT, muitas lutas ocorreram, desde antes deste País se tornar independente de Portugal.

Sou de Ilhéus e em minha terra ocorreu a famosa revolta do Engenho de Santana, em 1789, quando os escravos tomaram o poder, mataram o feitor – não é preciso fazer isso mais – , mandaram uma carata para o rei de Portugal dizendo o seguinte: “Queremos um dia



de descanso, queremos o direito de plantar em nosso horário de folga, queremos o direito de vender o que vocês não consomem e queremos sobretudo eleger o feitor para cuidar da gente”. Então é importante que se diga que toda legislação, tudo que está colocado em defesa dos trabalhadores é fruto da luta e do sangue de muitos que tombaram em nome do coletivo, de nossa vida.

E a UGT não perde o foco disso. Nós criamos uma Central Sindical, e aqui está o presidente Ricardo Patah, comemoramos agora seis anos de fundação . A UGT foi a primeira experiência de central sindical no Brasil criada a partir da unificação, Nós não somos um racha de ninguém, nós juntamos centrais sindicais e criamos uma entidade mais forte para defender os interesses dos trabalhadores. E fizemos logo na fundação, um ano e pouquinho depois, um seminário que tratava em 2008 dos 100 anos do movimento sindical no Brasil. E nesses 100 anos não poderíamos nos esquecer da COB – Central Obreira Brasileira, que foi uma grande articulação dos trabalhadores imigrantes, que vieram para o Brasil e junto com os trabalhadores portuários de Santos começaram a transformar a realidade, fazendo as greves importantes naquele momento.

Mas, ao dizer do trabalhador organizado, não podemos esquecer da revolta dos escravos que carregavam no lombo da comida ao preso de Salvador da Cidade Alta para a Cidade Baixa. Não podemos nos esquecer que aqui quando o governo quis taxar os escravos para cobrar o imposto dos escravos de ganho nós fizemos uma greve – nós são os trabalhadores, os escravos de ganho -, e o governo teve que recuar porque não podia se carregar no lombo tudo que se produzia na Cidade Baixa e na Cidade Alta. Até para os excrementos humanos havia os trabalhadores chamados de “tigres”, por conta da ureia da urina que fazia marcas em suas costas.

Qual é a ureia de hoje? O que está acontecendo? O que é que tem arrebatado nosso lombo? Estamos diante de um grande processo de tentativa de desmonte da legislação que nos defende. E esse processo está se dando principalmente com o PL nº. 4330. E, infelizmente, tem um deputado federal da Bahia, o Arthur Maia, como relator. Nós baianos temos que levar para o interior e dizer: *se isso for aprovado como está, esse deputado merece o repúdio dos trabalhadores baianos!* (Palmas.)



É necessário que se diga com todas as letras, deputado Euclides Fernandes, nós sabemos que na política tem muita gente do nosso lado, e o senhor, pela sensibilidade que teve ao convocar esta sessão, é um de nossos aliados. Nós não esquecemos nossos aliados, mas também não podemos esquecer nossos inimigos.

Era isso que eu tinha a dizer e trazer o grande abraço da União Geral dos Trabalhadores a todos que aqui estão presentes. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5959-III

Ses. Esp. II 15/08/13

Or. Dalila Nascimento

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Com a palavra a Desembargadora Dalila Nascimento Andrade, representante da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargadora Vânia Chaves.

A Sr^a DALILA ANDRADE:- Senhores integrantes da mesa, meu colega de magistratura, George, minha amiga e colega Isa, Jairo Sento Sé, procurador do trabalho.

Permitam-me cumprimentar os senhores na pessoa do deputado Euclides Fernandes, autor dessa proposta de sessão solene em homenagem aos 70 anos da CLT. Srs. Deputados, Srs. Vereadores, senhores servidores desta Casa Legislativa, prezados cidadãos, boa-tarde.

“Neste ano, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, instituiu, em todo o país, a Campanha 70Anos da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

O objetivo foi o de ampliar o conhecimento sobre um diploma legal antigo, mas que revolucionou a vida dos trabalhadores no Brasil, com a conquista de direitos. A CLT completa 70 anos mas continua a conscientizar a todos, empregados, empregadores, trabalhadores e empresas de que devem cuidar do ambiente de trabalho com respeito à legislação.

A CLT foi sancionada por decreto, editado pelo então Presidente Getúlio Vargas, resultado de trabalho de uma comissão de juristas por ele montada, que unificou toda a legislação trabalhista existente no Brasil.”

Essa história foi contada pelo vídeo mostrado já no início dessa sessão solene, vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação do nosso Regional.



“Com a CLT, surgiu a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, para atender a necessidade de proteção do trabalhador, dentro de um contexto de "estado regulamentador".

Já a Constituição Federal de 1988 consolidou em nosso país o "Estado Democrático de Direito", baseado no exercício dos direitos individuais e sociais, da liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça, e proclamou, em seu artigo 1º, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, de modo que o trabalho foi destacado sob o ângulo de quem o presta — o trabalhador e de quem o fornece — a empresa. Daí se depreende a importância do trabalho para qualquer sociedade, em especial a brasileira.”

Todas as pessoas que me antecederam aqui nesta tribuna já destacaram a importância da CLT como elemento com papel transformador da sociedade brasileira. Passamos de uma sociedade semi-escravocata para hoje num painel em que a Constituição 88 elevou a princípio constitucional o valor social do trabalho.

“A CLT vem cumprindo importante papel de promover transformação no Brasil, antes eminentemente rural a uma estrutura industrial, e hoje, com as modificações e adaptações por que vem passando, continua a regulamentar os direitos trabalhistas, mas já se prepara para um novo salto rumo às novas tecnologias da sociedade moderna: a de regulamentar as relações de trabalho sob a perspectiva do novo Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, o PJe-JT.”

O PJe – Processo Judicial Eletrônico é processo sem papel, utilizando, exclusivamente, o ambiente de Internet, e que por isso permite a qualquer usuário acessar o processo de qualquer lugar e a qualquer hora, inclusive se o Fórum estiver fechado. O sistema - que é nacional - reduz, significativamente, o tempo de tramitação das ações trabalhistas. Esse sistema já foi implantado em todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho. No nosso Tribunal, está sendo utilizado, desde maio do ano passado, em todo o 2º grau, nas Varas de Santo Amaro, Candeias, Itabuna e Ilhéus”.

O representante de Ilhéus, há pouco, inclusive, se manifestou, eu sou de Itajuípe, quase que somos vizinhos. Vizinha também de uma trabalhadora, sindicalista, salvo engano,



que também é de Icoaraci. Muito orgulho de pertencer àquela Região Cacaueira tão sofrida.

Esse sistema, desde o último dia 05 de agosto, está sendo utilizado nas 39 Varas desta capital do Salvador, que, assim, se tornou o maior fórum eletrônico do Norte/Nordeste do Brasil, imprimindo ainda mais celeridade à Justiça do Trabalho baiana. O desafio de agora é, portanto, aplicar as normas dessa jovem senhora, como já foi destacado, a CLT é conhecida pelos operários do Direito, é conhecida por quem lida com as leis trabalhistas, como uma jovem senhora de 70 anos é verdade, mas com uma visão de futuro que nos traz a tecnologia da Internet.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5960-III

Ses. Esp. II 15/08/13

Or^a Isa Maria Simões

Comemoração aos 70 anos da promulgação da “Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.”

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Após a fala da Desembargadora Dalila Nascimento Andrade, aqui representando a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, a Desembargadora Vânia Chaves, ouviremos a representante do Ministro do Trabalho e Emprego, Dr. Manoel Dias, a Sr^a Isa Maria Simões, superintendente regional do trabalho.

A Sr^a ISA MARIA SIMÕES:- Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar e parabenizar os proponentes desta sessão, deputado Euclides Fernandes, a Fecombase e em nome deles todos os meus companheiros de Mesa. Dizer que o ministro, através da minha pessoa, pediu para representá-lo, ele não pôde estar aqui, parabenizou todos pela iniciativa e pela importância que existe para todos nós a Consolidação das Leis do Trabalho.

Lerei, inicialmente, mensagem que o ministro, no dia 1º de Maio, em rede nacional, enviou a todos os brasileiros:

(Lê) “Nas comemorações deste 10 de Maio, dirijo-me a você trabalhador e trabalhadora para manifestar o reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego por seu valioso trabalho, dedicação e contribuição para o desenvolvimento do nosso país.

Convém lembrar que nessa data, há 70 anos, o presidente Getúlio Vargas instituía Consolidação das Leis do Trabalho, a nossa CLT, o verdadeiro marco da proteção legal do trabalhador brasileiro. Boa parte dos direitos sociais previstos no artigo 70 da Constituição Federal é instrumentalizada pela CLT, que foi a base para muitos dos direitos previstos na Constituição Brasileira.

Nos últimos dias, nós, do Ministério do Trabalho e Emprego e de outros órgãos do governo da presidenta Dilma Rousseff, estivemos dedicados a elaboração da proposta de normatização da Emenda Constitucional - EC nº 72, que trata do Trabalho Doméstico, recentemente promulgada pelo Congresso Nacional. A Emenda estende aos trabalhadores



domésticos vários direitos já garantidos a massa de trabalhadores. Essa extensão dos benefícios ao trabalhador doméstico é, sem dúvida, um resgate histórico.

Outro fato que merece destaque nessa minha mensagem de 1º de Maio é a criação de novas vagas de emprego com carteira de trabalho assinada e o aumento da renda dos trabalhadores, que tem sido uma tendência crescente nos últimos anos e que demonstra a reação da economia nacional como um todo. Isso é bom para todos os brasileiros.

Nesta data, destaco também, o aumento real da média salarial verificado no último mês de março. Melhores salários significam melhor qualidade de vida para você trabalhador e sua família.

Por outro lado, sabemos que temos ainda muitos desafios. Um grande desafio do Ministro Manoel Dias, da minha gestão, é o de proporcionar a qualificação do maior número possível de trabalhadores, capacitando-os para assumir os postos de trabalho abertos pelo mercado cada vez mais exigente de mão de obra profissionalizada. Mais qualificação significa mais oportunidades e melhores salários.

Como ministro, juntamente com a equipe do Ministério do Trabalho e Emprego, vou atuar com determinação, direcionando todos os esforços e dedicação para impulsionar o processo de implementação do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, em consulta permanente com as entidades representativas dos trabalhadores e dos empregadores e em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho.

Nesta perspectiva queremos assegurar que os trabalhadores em geral, em particular, as mulheres, os jovens, a população negra e as pessoas com deficiência, entre outros, possam ter os seus direitos trabalhistas preservados e o acesso a condições de trabalho cada vez mais seguras, com oportunidades de trabalho ampliadas.”

Essa foi a mensagem do ministro. Quero agora me dirigir a todos os trabalhadores aqui presentes, às suas representações dos sindicatos, tanto de empregados como de empregadores, aos demais deputados, vereadores que aqui estão, a toda a plateia que se encontra neste recinto.

Para dizer que depois de tantas falas de pessoas que puderam demonstrar que todos estão juntos na defesa da consolidação das leis do trabalho e na defesa dos trabalhadores,



esse instrumento que foi fruto, como ressaltou aqui, não de uma doação de governante, mas sim de uma luta e de conquista dos trabalhadores que tiveram um processo muito grande de luta e participação para que conseguisse, no governo de Getúlio Vargas, que as suas reivindicações fossem todas elencadas num só documento, que é a consolidação das leis de trabalho.

Quero dizer a vocês que estou agora como superintendente regional do trabalho, há 3 anos e meio, mas na verdade eu sou originária como auditora fiscal do trabalho. Minha origem é como servidora pública do Ministério do Trabalho, auditora fiscal há 30 anos. E quando nós fazemos uma reflexão sobre quantas evoluções tivemos nesses 30 anos em que estou atuando como fiscal da lei, como auditora fiscal, muitas coisas mudaram.

Mas, ao mesmo tempo, nós ainda assistimos o direito primário do trabalhador, que é o seu registro ainda a ser descumprido e isso nos causa realmente motivo de grandes reflexões. O que é que teremos que mudar? A consciência de todos, de que o trabalho é um instrumento que dignifica o homem.

Acho que Gonzaguinha naquela música disse de uma forma magistral: “E sem o seu trabalho o homem não tem honra. E sem a sua honra se morre, se mata.” Essa é a mensagem que tenho de deixar para vocês e dizer que contem conosco na Superintendência, o corpo da auditoria fiscal, que é responsável pela fiscalização.

Felizmente todos os colegas, companheiros e amigos da Justiça, do Ministério Público e do Tribunal que aqui estão fazem um coro muito grande, e nesta sessão ficou muito claro isto: todos na defesa da Consolidação das Leis do Trabalho! Trabalhamos sempre como parceiros para a construção de um País e um mundo melhor para os trabalhadores.

Muito obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-03

Ses. Esp. II 15/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Queremos registrar as presenças da Planeta Calçados, do GBarbosa, de Adrião Barbosa, presidente do Sindicato dos Comerciários de Alagoinhas e Região, do Sindicato dos Comerciários de Lauro de Freitas, Sinterp Bahia, Atakadão Atakarejo e de Raildo Almeida, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Coaraci.

Estamos chegando ao término da nossa sessão solene homenageando os 70 anos de existência da CLT. Acredito que foi muito importante esta homenagem, e nela tivemos as presenças dos autores do que diz respeito à relação do capital e trabalho no nosso dia a dia. Aqui presentes temos a Federação, que é produto da união dos sindicatos de determinada categoria, e também vários sindicatos do interior do Estado, além do Ministério do Trabalho e Emprego, na figura da sua superintendente, Dr^a Isa, representando o ministro Manoel Dias.

Registro ainda a presença dos procuradores da Justiça do Trabalho, que são os que estão na defesa das leis trabalhistas para que verdadeiramente sejam respeitados pelos empregadores aqueles direitos inseridos no contexto da nossa CLT. Então os procuradores são realmente representantes do Ministério Público, o que é muito importante nesta sessão, assim como também da magistratura do MTE. A desembargadora Dalila Nascimento Andrade está representando o Tribunal Regional do Trabalho.

Temos a presença do presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia, o nosso querido amigo Márcio Luiz Fatel. É ele quem fica à frente dessa importante entidade que congrega os sindicatos dos comerciários e empregados desse setor aqui.

Ficamos felizes e satisfeitos, pois a nossa pretensão foi conversarmos sobre a CLT com a presença dos trabalhadores através dos seus sindicatos, da magistratura, do MP, por meio dos seus procuradores, e também do Ministério do Trabalho.



Dito isso, quero agradecer as presenças de todos vocês e dizer que a CLT, este instrumento jurídico que completa 70 anos e dá proteção na relação capital x trabalho, é mesmo muito importante.

Tivemos mudanças pontuais, mas que não foram para agredir as conquistas dos trabalhadores ao longo do tempo, inserindo a constituição de normas para a CLT. E o nosso pensamento é que novas mudanças pontuais terão de ser feitas atendendo as novas realidades da relação do trabalho, as novas formas de trabalho, os avanços da tecnologia. E terão que ser normatizadas no sentido de dar proteção aos trabalhadores desses avanços que estamos tendo no nosso Brasil e no mundo.

Dito isso, peço a todos vocês que fiquem de pé para ouvirmos o Hino da Bahia.

Quero registrar a presença do ex-deputado e presidente do Instituto Ulysses Guimarães, Genebaldo Correia.

(É executado o Hino da Bahia) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Declaro encerrada a sessão.